



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____

Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 5 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 3 DE MARÇO DE 2017.**

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 4/2017; -----

2. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 5/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 4/2017; -----

3. Revogação de Protocolo de cedência das instalações à sociedade Recantos de Lazer, Lda.; -----

4. Aquisição de Gasóleo Rodoviário – Concurso Público; -----

5. Proc. N.º MB - 37/2016 – Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”; -----

6. Aprovação do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Recolha de RSU’s para 2017; -----

7. Aprovação de minuta de contrato adicional à empreitada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches – Penamacor”; -----

8. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo e Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por se encontrar em gozo de férias, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 15 de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 4/2017. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 20 de janeiro de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 5/2017 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 4/2017. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 1 de março de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

3 – REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES À SOCIEDADE RECANTOS DE LAZER, LDA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que _____ se _____ transcreve:

-----“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal aprovada por maioria com dois votos contra no dia 21 de abril de 2010, foi celebrado em 30 de abril do mesmo ano um Protocolo com a sociedade Recantos de Lazer, Lda.. Por essa via foi formalizada a cedência de uma área de 65m² situada na Galeria do 1º piso do edifício das Piscinas Cobertas Municipais, em Penamacor, mediante o pagamento de um valor mensal de € 50,00. -----

O protocolo em questão, que foi celebrado pelo período de um ano, admitia renovações por iguais e sucessivos períodos, a acordar entre as partes e formalizar anualmente mediante adenda, da qual deveria constar o respetivo valor a pagar como contrapartida pelo uso do espaço cedido. -----

Não se identificaram quaisquer adendas para enquadramento de renovações anuais. Sem oposição expressa e, portanto, com aceitação tácita da vigência



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

do protocolo ao longo destes anos, a empresa continuou a fazer uso do espaço e a pagar mensalmente a quantia acordada, ainda que sem atualização. -----
Verifica-se, entretanto, o interesse do Município em que o espaço cedido fique disponível para uso dos próprios serviços. -----

Pelo exposto, e porque foi a Câmara Municipal a autorizar a celebração em 2010 do Protocolo, proponho que, ao abrigo das disposições conjugadas do nº 1 do artigo 165º e dos nºs. 1 e 2 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, seja deliberado revogar o Protocolo de cedência das instalações à sociedade Recantos de Lazer, Lda., bem como a decisão que autorizou a sua celebração, e em consequência cessem de imediato os respetivos efeitos. Mais proponho que seja deliberado conceder à sociedade o prazo de 30 dias, o qual se reputa razoável para que retire todos os materiais e equipamentos do local e devolva o espaço nas condições em que lhe foi cedido”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO – CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que _____ se _____ transcreve:

-----“Face à premente necessidade de assegurar o fornecimento de combustível rodoviário e ao abrigo da competência atribuída pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho em conjugação com o disposto no nº 1 do artigo 36º, no nº 1 do artigo 38º, na alínea b) do nº 1 do artigo 20º e no nº 2 do artigo 40º, todos do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, proponho à Câmara Municipal que delibere: -----

1 – Tomar a decisão de contratar autorizando a abertura de procedimento vista à formação de contrato de aquisição de gasóleo rodoviário. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 - Autorizar o recurso ao procedimento de concurso público, atendendo ao valor estimado da despesa. -----

3 – Fixar como valor do parâmetro base das propostas o preço total de € 164.700,00 (cento e sessenta e quatro mil e setecentos euros), a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor. -----

4 - Autorizar a realização da despesa correspondente, pelo valor a adjudicar, que não ultrapassará o preço base e que se encontra devidamente cabimentada no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 02010202 – A verba disponível este ano é de € 50.000,00. -----

5 – Aprovar o Caderno de Encargos e o Programa do Procedimento que se encontram em anexo à presente proposta. -----

6 – Determinar que o contrato a celebrar no seguimento do presente procedimento se mantenha em vigor pelo prazo máximo de 24 meses ou até ser atingido o limite do preço adjudicado ou fornecimento máximo de 180.000 litros. -----

A despesa com a celebração do contrato dará origem a encargos orçamentais em mais do que um ano económico mas o prazo de vigência não atinge três anos e a despesa não excede em cada ano o limite de € 99,759,98, pelo que se verifica a situação ressalvada pela alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, não se obtendo prévia autorização da Assembleia Municipal. -----

Mais proponho que, no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 67.º do Códigos dos Contratos Públicos, sejam nomeados para membros do júri do procedimento os seguintes elementos: -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão em substituição, que preside;

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão em substituição; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; Suplente; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Pedro Miguel Lopes de Carvalho Agapito, Assistente Técnico, Suplente. -----

Documentos anexos à presente proposta e que dela fazem parte: Caderno de Encargos, Programa de Procedimento e documento comprovativo da existência de cabimento orçamental para a despesa”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – PROC. N.º MB – 37/2016 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR”. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----
“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a adjudicação da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma apresenta um preço base superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar e relatório final; -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”, à sociedade António José Cruchinho &

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Filhos, Lda. pelo preço contratual de € 589 183,10 + IVA.

-----3 – Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.^a Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho regressou à sala de reuniões. -----

6 – APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RECOLHA DE RSU'S PARA 2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve:

-----“Considerando que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) informou à autarquia o carregamento, no respetivo Portal, o valor dos tarifários para o ano de 2017, para efeitos de publicação. -----Considerando que é intenção da Câmara Municipal de Penamacor manter em 2017 os tarifários praticados em 2016. -----Foi solicitado, no âmbito do contrato de prestação de serviços em vigor, a emissão de uma informação técnica à empresa Motriz – Consultadoria, Lda. a fim de determinar os procedimentos administrativos a adotar pela Câmara Municipal de Penamacor. -----Assim, conforme informação técnica remetida em anexo, a Câmara Municipal de Penamacor deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 11º-A do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, proceder anualmente à aprovação dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos.

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

-----Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Penamacor delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, o Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Recolha de RSU's para o corrente ano, mantendo os valores praticados em 2016". -----A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO ADICIONAL À EMPREITADA “CASA DA MEMÓRIA DA MEDICINA SEFARDITA ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES – PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve:

-----“Por deliberação da Câmara Municipal de 27 de janeiro foi autorizada a celebração de adicional ao contrato da empreitada denominada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches - Penamacor”, adjudicada à sociedade José António Parente, Lda.-----

Foi ainda autorizada a realização da respetiva despesa, no valor de 5.257,72 Euros, acrescido de IVA. -----

A adjudicatária prestou caução através de seguro-caução no valor de € 1.390,51 (10% do preço contratual) - apólice nº 0080.10.005118. -----

Assim, tendo em conta o valor global da empreitada, a competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho para autorizar a respetiva despesa, e o disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do qual a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PROPÕE-SE QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do segundo contrato adicional à empreitada designada por “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches - Penamacor”, anexa à presente proposta e cuja autorização para a celebração e realização da despesa foi já objeto de deliberação anterior, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária, uma vez que se mostram cumpridos todos os requisitos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 1.480.351,07 euro e uma despesa também acumulada de 1.307.552,85 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata.

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e vinte minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares